

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BARBARA GABRIELE DE SOUZA NOGUEIRA

ANÁLISE DA GESTÃO DA VISITAÇÃO EM SEIS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO  
ESTADO DO PARANÁ

CURITIBA

2015

BARBARA GABRIELE DE SOUZA NOGUEIRA

ANÁLISE DA GESTÃO DA VISITAÇÃO EM SEIS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO  
ESTADO DO PARANÁ

Projeto de pesquisa apresentado para o programa de pós-graduação em Engenharia Florestal, linha de pesquisa Conservação da Natureza, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Viana Soares  
Coorientadores: Prof. Dr. Alexandre França Tetto  
Msc Guadalupe Vivekananda

CURITIBA

2015

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>2</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	2
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	2
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>3</b>
3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	3
3.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ .....	5
3.3 CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	5
3.4 USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	6
<b>4 MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>8</b>
4.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO DO PROJETO .....	8
4.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE ESTUDO DO PROJETO .....	9
4.2.1 Parque Estadual Pico do Marumbi.....	9
4.2.2 Parque Estadual de Vila Velha .....	9
4.2.3 Parque Estadual do Guartelá.....	10
4.2.4 Parque Estadual do Cerrado.....	11
4.2.5 Parque Estadual Mata dos Godoy .....	11
4.2.6 Parque Estadual Rio Guarani .....	12
4.3 COLETA DE DADOS SOBRE A GESTÃO DA VISITAÇÃO .....	12
<b>5 CRONOGRAMA.....</b>	<b>14</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As unidades de conservação (UC) são estratégicas para a conservação da biodiversidade em diversos países, inclusive no Brasil. Para os dois grupos propostos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nas unidades de proteção integral é possível somente o uso indireto dos seus recursos naturais. Com isso, além da sua principal finalidade que é a proteção de parcelas do patrimônio natural, as unidades de conservação também servem como espaços para fomentar a educação e sensibilização ambiental, turismo e pesquisas científicas.

Isso posto, sabe-se que apenas o estabelecimento de uma unidade de conservação não garante sua efetiva proteção. Além disso, percebe-se que nos últimos tempos a busca por atividades em ambientes naturais têm aumentando de maneira significativa. Isso demonstra não apenas o interesse da sociedade em atividades ao ar livre, mas também os avanços na gestão pública para atender as demandas. Entretanto, sabendo da importância complementar do uso público para a conservação, há um distanciamento dos governos em relação ao cumprimento pleno dos objetivos de existência das UCs em âmbito social, ambiental e econômico. Nesse contexto, se faz necessário estudar a gestão das unidades de conservação, pois assim pode-se avaliar a eficiência do uso público.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a gestão da visitação em seis parques estaduais do Paraná.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do presente trabalho, relacionados aos seis parques estaduais selecionados, foram:

- Levantar os programas de uso público;
- Levantar informações das atividades educativas realizadas;
- Quantificar e qualificar a infraestrutura existente;
- Caracterizar a gestão da visitação;
- Apontar oportunidades de melhorias.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desde o início da civilização, os povos identificaram a existência de sítios geográficos importantes e tomaram medidas para protegê-los. Estes sítios estavam relacionados a fatos históricos marcantes, proteção de fontes de água, caça, plantas medicinais e à mitologia. O uso dos recursos eram controlados por meio de normas legais e formas de controle social, como tabus e lendas, por exemplo (Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2007).

A relação entre homem e natureza foi se aprofundando ao longo da história, alcançando seu ápice a partir da Revolução industrial. A ciência moderna e religião contribuíram para que o homem estabelecesse seu domínio sobre a criação. Dessa maneira, a ciência encarava a natureza como máquina. Assim, ao longo do século XVIII, o rápido crescimento do meio urbano contribuiu para gerar um sentimento de apreciação dos espaços naturais, pois as cidades estavam se tornando ambientes insalubres e com maior concentração de pessoas (ARAUJO, 2007).

De acordo com o mesmo autor, no início do século XIX, George Catlin – advogado, pintor e estudioso da cultura indígena – sentiu a necessidade de proteger os recursos a longo prazo, sugerindo a criação de “Parques Nação”, porém, suas ideias não receberam muita atenção na época. Todavia, em meados do mesmo século, nasceu nos Estados Unidos uma visão de se conservar locais com um regime diferenciado de proteção. Por isso, como marco dessa concepção, houve a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, tornando-se um referencial para as unidades de conservação.

No Brasil, a preocupação com os recursos naturais também foram aumentando ao longo do tempo. Vários intelectuais demonstraram interesse em proteger os ambientes alvo da exploração predatória. Dentre os intelectuais, José Bonifácio de Andrade merece destaque, pois defendia a utilização dos recursos de maneira inteligente (ARAUJO, 2007). Além deste, movido pela estratégia americana, o Engenheiro André Rebouças verificou formas para se criar parques nacionais no Brasil. No entanto, apenas após a sua morte

que o primeiro parque foi criado, o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937 (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010). A partir da criação do Parque Nacional do Itatiaia, uma geração de conservacionistas trabalharam pela consolidação e ampliação das unidades de conservação no Brasil.

Diante da velocidade das alterações nos ambientes naturais, tem-se recorrido ao estabelecimento de Unidades de Conservação (UCs) como forma de minimizar os impactos negativos sobre a biodiversidade. Como o estabelecimento de áreas protegidas tem sido uma prática mundial, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) teve o papel de sistematizar e avaliar dados e experiências para propor diretrizes indicativas, auxiliando os países a alcançar a conservação da biodiversidade. No entanto, com as especificidades políticas, econômicas e de recursos naturais nos países, foram criadas categorias de manejo, pois assim elas se diferem pelos objetivos e de que maneira buscam atingi-los, sendo algumas mais restritivas que outras (BRITO, 2000).

No Brasil, através da Lei nº 9.985 de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC). Este estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. As UCs são divididas em dois grupos, o de proteção integral e o de uso sustentável. De acordo com o SNUC, o objetivo básico das unidades de uso sustentável é compatibilizar o uso sustentável dos recursos com a conservação da natureza. Já as unidades de proteção integral têm como objetivo principal a preservação da natureza sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. São doze categorias que se enquadram nos dois grupos de manejo, sendo as estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgios da vida silvestre as de proteção integral. Já para as unidades de uso sustentável são as áreas de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva de fauna e reserva particular do patrimônio natural (BRASIL, 2000). Em resumo:

Entende-se por unidades de conservação espaços territoriais e seus recursos naturais, incluindo águas jurisdicionais, instituídas pelo Poder Público e com características relevantes, além de possuir regime especial de administração e limites definidos, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Atualmente, o Brasil possui 548 unidades de conservação de proteção integral e 1.214 de uso sustentável, totalizando 1.527.213 km<sup>2</sup> de áreas naturais protegidas no país (MMA, 2012).

### 3.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Originalmente, no Estado do Paraná, o território possuía 83, 41% de cobertura florestal. A destruição dos ambientes iniciou no litoral, estendendo até o primeiro planalto e, de maneira rápida, avançou para o segundo e terceiro planaltos. Com a fragmentação, atualmente restou algo em torno de 8% da sua cobertura florestal. Destes remanescentes, as florestas ficaram concentradas em unidades de conservação (CAMPOS, 2006).

O processo de criação de unidades de conservação no estado do Paraná sempre esteve ligado a áreas remanescentes da forma de colonização e ocupação do território. Foram utilizados os remanescentes de oportunidades legais, de processos de regularização fundiária, áreas sem interesse para atividade agrícola, áreas com beleza cênica, integridade física ou estado de conservação. Por isso, devido a sua localização e características fisiográficas, no Paraná ocorre uma diversidade de ecossistemas que, com a expansão das fronteiras agrícolas, foi destruída gradativamente e substituída, deixando poucos remanescentes de áreas naturais (CAMPOS; COSTA, 2006).

No contexto legal, as unidades de conservação do estado do Paraná são definidas, em sua maior parte, pela legislação federal. Porém, em nível estadual, as áreas são contempladas no âmbito do Código Florestal do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 11.054, 14 de janeiro de 1995).

Sendo assim, atualmente, o Paraná conta com 68 unidades de conservação, somando 1.205.632,0862 hectares de áreas conservadas, das quais 45 são unidades de conservação de proteção integral e 23 unidades de conservação de uso sustentável (IAP, 2014).

### 3.3 CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Historicamente, a criação de áreas naturais protegidas tem sido alvo de situações de conflitos. Seja pela expulsão da população residente após o decreto de instituição das áreas, ou por não se ter acesso aos bens e serviços ambientais nelas contidos (VIVACQUA; VIEIRA, 2005). Dessa forma, Brito (2008) aponta que a gestão de unidades

de conservação envolve, além dos problemas ambientais, dificuldades de ordem econômica, social, regularização fundiária e principalmente política, pois esta acaba gerando conflitos entre as comunidades locais e os responsáveis pela gestão dessas áreas.

Acredita-se que a origem dos conflitos esteja na forma como as primeiras unidades de conservação foram criadas, apenas como reserva de recursos naturais. Por isso, muitas vezes, eram desconsideradas as relações com a população e o meio (DIEGUES, 2008). Nesse sentido, com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação houve um arcabouço legal que representou uma democratização das relações das áreas protegidas com a sociedade (BESUSAN, 2006). E assim, houve também a clara identificação dos objetivos de manejo, que auxilia de forma significativa na conservação, contrabalanceando a conservação tradicional, a presença humana e a preservação dos recursos existentes dentro das UCs (DRUMMONT; BARROS-PLATIAU, 2006).

Apesar do SNUC ter auxiliado na relação de distanciamento entre a população e as unidades de conservação, os conflitos que envolvem recursos financeiros e de pessoas, refletem também no uso público, pois grande parte das UCs não tem estrutura adequada para receber visitantes e promover atividades diferenciadas. (TAKAHASHY, 2004).

### 3.4 USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Um importante instrumento de conservação da natureza em unidades de conservação é a visitação, principalmente quando se refere ao apoio público e alternativas para financiamento do SNUC (MMA, 2007). É nesse sentido, que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 9.985 de 2000, cita o estímulo a promoção da educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. Dessa forma, entende-se que a criação de uma unidade de conservação não garante por si só a proteção da biodiversidade, pois é preciso estimular à visitação nessas áreas.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o turismo fortalece as áreas naturais protegidas e auxilia na economia, promovendo a geração de empregos e renda para as populações locais (BRASIL, 2006). Além disso, Medeiros *et al.* (2011) estimam que através do turismo, os parques nacionais e estaduais – categoria de UC que tem

como um dos seus objetivos principais a visitação - têm o potencial para gerar 1,8 bilhões e 90 milhões de reais, respectivamente, nas regiões em que estão localizadas, garantindo os recursos para a sua manutenção e movimentando a economia local.

A visitação em UCs também é uma forma de aproximar a sociedade e despertar o interesse sobre conservação das áreas protegidas, pois exerce efeito na postura de diferentes condutas em prol da proteção do meio ambiente (MMA, 2007). Segundo Takahashi (2004), o uso público possui um potencial significativo para que essas áreas alcancem seus objetivos de desenvolvimento e conservação nas regiões em que estão inseridas, pois as informações fornecidas pelos meios de comunicação divulgam características e qualidades, fazendo com que as pessoas se sintam atraídas pela diversidade do ambiente e tenham o desejo de conservar tais áreas.

Dentre as atividades de uso público destaca-se a educação ambiental. Esta é uma atividade prevista no SNUC para todas as UCs, frequentemente relacionada como uma ferramenta viabilizadora do ecoturismo, do turismo sustentável e da gestão dos parques (PIMENTEL, 2008). O papel da educação ambiental no manejo do uso público é importante no auxílio da diminuição dos impactos negativos da visitação por meio da conscientização e por oportunizar o apreço pelos recursos ambientais protegidos. Além de atuar na compreensão dos objetivos das atividades de conservação (VASCONCELLOS, 2006).

Como o uso público é admitido em todas as categorias de manejo, desde que sejam observados os seus instrumentos de planejamento e gestão, Hassler (2005) estuda o processo de concessões de serviços em unidades de conservação por meio da iniciativa privada, bem como parcerias com ONGs e prefeituras a fim de que a gestão compartilhada possa trazer benefícios ao manejo e economia das áreas.

## 4 MATERIAL E MÉTODOS

Para realização de pesquisas nas unidades de conservação geridas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), será necessário seguir as normas estabelecidas pela Portaria IAP nº 017, de 19 de janeiro de 2007, bem como protocolar alguns documentos no órgão gestor.

### 4.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO DO PROJETO

De acordo com dados do IAP (2014), o estado do Paraná possui 68 unidades de conservação geridas pelo órgão. Porém, apenas 29 UCs estão abertas à visitação. Para a seleção das áreas, foram verificados critérios semelhantes aos utilizados no trabalho de Guapyassu (2006). Nesse sentido, a seleção considerou os seguintes parâmetros: a categoria parque foi selecionada por ser significativa em quantidade numérica; a seleção dos parques também se baseou na existência de planos de manejo; por fim, optou-se por parques em diferentes tipologias vegetais do estado, levando em consideração a representatividade para a biodiversidade.

Os parques selecionados para o projeto foram: Pico do Marumbi, Vila Velha, Guartelá, Cerrado, Mata dos Godoy e Rio Guarani. Na TABELA 1, encontram-se as informações básicas sobre cada área.

TABELA 1 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO PROJETO: ÁREA, NÚMERO DE VISITANTES DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, PROGRAMA DE USO PÚBLICO E UNIDADE FITOGEOGRÁFICA

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ÁREA (HA)	Nº DE VISITANTES			PLANO DE MANEJO COM PROGRAMA DE USO PÚBLICO	UNIDADE FITOGEOGRÁFICA
		2011	2012	2013		
Pico do Marumbi	8.745,45	6.238	6.239	9.204	Sim	FOD
Vila Velha	3.803,28	61.014	61.236	1.462	Sim	FOM e Estepe (Campo)
Guartelá	798,97	18.162	20.399	1.369	Sim	FOM e Estepe (Campo)
Cerrado	1.830,40	36	*	*	Sim	Savana (Cerrado)
Mata dos Godoy	690,17	7.958	8.054	5.702	Sim	FES
Rio Guarani	2.698,69	1.259	3.265	2.265	Sim	FES e FOM

FONTE: IAP (2014)

NOTA: FOD: Floresta Ombrófila Densa; FES: Floresta Estacional Semidecidual; \* dados não recebidos

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE ESTUDO DO PROJETO

### 4.2.1 Parque Estadual Pico do Marumbi

O Parque Estadual Pico do Marumbi localiza-se entre o litoral e o Planalto de Curitiba, na porção central do trecho paranaense da Serra do Mar e está inserido na Área de Interesse Turístico do Marumbi (AEIT – Marumbi). O parque está entre as coordenadas 25° 05' e 25° 35' S e 48° 43' e 49° 02' W, distanciando-se 65 km de Curitiba e 15 km da sede do município de Morretes (IAP, 2014).

O parque foi criado por meio do Decreto Estadual nº 7.300, de 24 de novembro de 1990 com superfície de 2.342,412 ha. Porém, o Decreto nº 1.531 do dia 02 de outubro de 2007, ampliou o parque para o total de 8.745,45 ha. A unidade possui objetivos de manejo compatíveis com a preservação, pesquisa científica, educação ambiental e lazer, além de apresentar características próprias para a prática de esportes como montanhismo e escalada técnica (IAP, 2014).

A AEIT do Marumbi, local em que o parque está inserido, engloba a porção biótica mais bem preservada do Paraná, pois possui uma vasta diversidade de ecossistemas interdependentes e um conjunto geológico e geomorfológico singular (SAVI, 2008). Além disso, a região da Serra do Mar no Paraná foi reconhecida pela UNESCO, em 1991, como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por conta dos valores biológicos e sociais da região. Já no de 1999, foi incluída na lista de Sítios do Patrimônio Natural (UNESCO, 2015).

### 4.2.2 Parque Estadual de Vila Velha

O Parque Estadual de Vila Velha está inserido no segundo planalto paranaense, no município de Ponta Grossa, em uma região denominada Campos Gerais. O parque

posiciona-se entre as coordenadas 25° 12' e 25° 15' S, 49° 58' e 50° 03' W. A distância entre a UC e a cidade de Curitiba é de 80 km (IAP, 2014).

A região de Vila Velha é conhecida internacionalmente por suas formações rochosas. Esta região foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, em 18 de janeiro de 1966, como “Conjunto Vila Velha” que compreende os Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada (IAP, 2014).

O parque foi criado pela Lei Estadual 1.292, em outubro de 1953, com uma área de 3.803,28ha. O objetivo da unidade de conservação é conservar um dos mais significativos remanescentes das formações vegetais da região dos Campos Gerais do Paraná, assim como proteger uma das mais relevantes formações geológicas (arenitos) do Estado. Na proposta de manejo, está prevista a visitação com finalidades científicas, educacionais, turísticas, recreativas e culturais (IAP, 2014).

De acordo com os relatórios de visitação do IAP (2014) e dos parques que estão sob gestão do mesmo, Vila Velha é o parque que mais recebe visitantes em relação às outras UCs do Estado. Atualmente, através do estabelecimento de um contrato de gestão com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o parque está dentro do programa de gestão do uso público em áreas protegidas (ECOPARANÁ, 2014).

#### 4.2.3 Parque Estadual do Guartelá

O Parque Estadual do Guartelá é o segundo que mais recebe visitantes das unidades que estão sob gestão do IAP no estado do Paraná. Sua distância até a cidade de Curitiba é de 213 km e está localizado no município de Tibagi, tendo como centro as coordenadas geográficas 24° 34' S e 50° 14' W. O parque está situado na região dos Campos Gerais, na porção centro-leste do Estado do Paraná (IAP, 2014).

A unidade está sob domínio da Floresta Ombrófila Mista Montana e Aluvial, além de ter Estepe, que cobre a maior extensão do Parque. O Guartelá foi criado pelo Decreto Estadual nº 2.329, de 24 de setembro de 1996, com uma área de 789, 97 ha (IAP, 2014).

O Parque Estadual do Guartelá foi criado com a finalidade de proteger uma das mais belas paisagens dos Campos Gerais do estado: o *canyon* do rio Iapó. Além disso, o parque pode ser considerado bastante relevante nos aspectos de paisagem e riqueza da fauna local, pois existem espécies campestres consideradas raras e/ou em risco de

extinção. A área também abriga um dos maiores acervos pré-históricos dos Campos Gerais, sendo assim, é de grande importância para o patrimônio arqueológico (IAP, 2014).

#### 4.2.4 Parque Estadual do Cerrado

O Parque Estadual do Cerrado está localizado na mesorregião Centro Oriental do estado do Paraná, a 12 km da sede do município de Jaguariaíva e a 222 km da cidade de Curitiba. A unidade de conservação foi criada oficialmente pelo Decreto Estadual nº 1.232, de 27 de março de 1992, com uma área de 420,40 ha. Todavia, assim como o P. E. Marumbi, no dia 02 de outubro de 2007, através do Decreto nº 1.527, o parque foi ampliado para 1.830,40 ha (IAP, 2014).

O parque foi criado com o objetivo de preservar remanescentes de campos de cerrados, ecossistemas típicos e em vias de extinção, bem como locais de grande beleza cênica como *canyons* e cachoeiras. O parque representa o marco meridional do cerrado no Brasil, sendo habitat natural da gralha-do-cerrado (*Cyanocorax cristatellus*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e de inúmeras espécies vegetais. Esta área possui um valor científico inestimável, pois é a única unidade de conservação do cerrado do sul do Brasil (IAP, 2014).

#### 4.2.5 Parque Estadual Mata dos Godoy

O Parque Estadual Mata dos Godoy foi criado pelo Decreto Estadual nº 5.150, de 5 de junho de 1989, com uma área de 675,80 ha. Em dezembro de 1997, o parque foi ampliado para um total de 690,17 há. A unidade está localizada no município de Londrina, a 399 km da cidade de Curitiba e tem como coordenadas 23° 27' S e 51° 15' W (IAP, 2014).

A floresta do parque é um dos últimos remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual do norte do Paraná, que antigamente cobria a maior parte do estado e se estendia até a Argentina e Paraguai. Por isso, o maior objetivo da unidade de conservação é a preservação desse importante remanescente e assim proteger espécies

de fauna e de flora; proteger os recursos hídricos; bem como fornecer programas de educação e interpretação ambiental, propiciar a pesquisa científica e promover a valorização do parque junto à comunidade local (IAP, 2014).

#### 4.2.6 Parque Estadual Rio Guarani

O Parque Estadual Rio Guarani localiza-se no município de Três Marias e tem como coordenadas 25° 25' 49" S 53° 7' 57" W, distanciando-se de Curitiba em 456 km. A unidade de conservação foi criada oficialmente em 19 de julho de 2000, pelo Decreto Estadual nº 2.322, com área de 2.235 há (IAP, 2014).

A área apresenta duas fitofisionomias diferentes: a Floresta Estacional Semidecidual das margens do rio Iguaçu e a Floresta Ombrófila Mista. Além disso, já foram catalogadas mais de 40 espécies de árvores diferentes e mais de 300 vertebrados terrestres, muitas espécies consideradas raras ou em risco de extinção. Dessa forma, o parque foi considerado um dos mais importantes fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual do Paraná. Depois do Parque Nacional do Iguaçu, o P. E. Rio Guarani apresenta a maior área de floresta contínua do oeste e sudoeste paranaense (IAP, 2014).

O parque tem como objetivo de manejo a conservação dessa área de transição de Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Semidecidual; a promoção de pesquisas científicas, atividades educativas e de lazer (IAP, 2014).

#### 4.3 COLETA DE DADOS SOBRE A GESTÃO DA VISITAÇÃO

A pesquisa será realizada em etapas: análise de documentos; visita a campo; entrevista semiestruturada com os gestores; e análise dos resultados.

Para coleta de dados sobre as unidades de conservação do projeto, serão realizados levantamentos por meio de documentos internos do IAP, tais como decretos de criação, planos de manejo, mapas das unidades, relatórios anuais de visitação, funcionamento do programa de voluntariados em unidades de conservação e demais programas de uso público existentes. O estudo dos planos de manejo será feito

principalmente no que se refere aos programas de uso público. Dessa maneira, o objetivo é levantar o maior número de dados sobre o funcionamento da gestão da visitação e de que maneira estão organizadas.

Após estudos prévios, será realizado o diagnóstico *in loco* nos seis parques estaduais, de preferência nos dias de maior fluxo de visitantes. O trabalho em campo constitui uma etapa fundamental para a compreensão de dados levantados e para confrontar tais dados com a realidade. Será verificada também, a infraestrutura para receber visitantes, se há formas de controle do número de visitantes, os principais atrativos abertos à visitação e, por fim, se existem programas e/ou parcerias com escolas da região para desenvolver trabalhos de educação ambiental.

Além das visitas *in loco*, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores dos parques. Outras pesquisas, como as de Zimmermann (2006), Rodrigues (2009) e Hirata (2013), utilizaram procedimentos metodológicos similares, assim como aplicação de entrevistas semiestruturadas. Estas serão adaptadas de acordo com as autoras citadas (ANEXO I).

Após a análise dos planos de manejo e respectiva avaliação de sua aplicabilidade *in loco*, associada à compilação dos resultados das entrevistas, será possível desenhar o atual cenário de uso público das UCs, bem como propor ações que aperfeiçoem sua gestão e maximizem seu potencial de uso e conservação.



## REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil**: da República à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte. SEGRAC, 2007. 272 p.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 176 p.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o **Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza** e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 15/08/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 61 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Unidades de Conservação do Brasil**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. 76 p.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação**: Intenções e resultados. São Paulo: Annablume, 2000. 230 p.

BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais Unifap**, n.1, 2008. 12 p.

CAMPOS, J.B.; COSTA, L.V.F Sistema ou conjunto de unidades de conservação. In: **Unidades de Conservação: ações para valorização da biodiversidade**. Curitiba: IAP. 2006. p.17-21.

CAMPOS, J.B. A fragmentação dos ecossistemas, efeitos e corredores de biodiversidade. In: **Unidades de Conservação: ações para valorização da biodiversidade**. Curitiba: IAP. 2006. p.165-173.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 198 p.

DRUMMOND, J.; BARROS-PLATIAU, A. F. Brazilian environmental laws and policies, 1934-2002: a critical overview. **Law and Policy**, v. 28, n. 1, p. 84 – 108. 2006.

ECOPARANÁ. **Gestão do Uso público no Parques Estadual de Vila Velha**. Disponível em: <<http://www.ecoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=21&tit=Gestao-de-Uso-Publico-no-Parque-Estadual-de-Vila-Velha>>. Acesso em 25/08/2014.

FONSECA, M.; LAMAS, I.; KASECKER, T. O papel das unidades de conservação. **Scientific American do Brasil**. Edição Especial 39: Brasil: Maior Biodiversidade do Mundo: p. 18 - 23. 2010.

GUAPYASSÚ, S. M. S. **Análise da efetividade das ações de manejo e da proteção da biodiversidade em seis parques do Estado do Paraná, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação) – Setor de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná. 232 p. 2006.

HASSLER, M. L. As unidades de conservação no âmbito do estado do Paraná. **Caminhos da Geografia** (revista online). 7 (15). p. 62 – 72. 2005.

HIRATA, S. R. **Gestão da Visitação em Unidades de Conservação: o caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, SP**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura “Luiz De Queiroz”. 217 p. 2013.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). **Unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1211>>. Acesso em: 20/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Planos de Manejo**. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1201>. Acesso em: 22/08/2014.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: Unep – Wcmp. 44 p. 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Cadastro nacional de unidades de conservação: tabela consolidada das unidades de conservação**. 2012. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas\\_protegidas/cadastro\\_uc/UCs%20consolidadas%20esfera%20de%20gestao%204.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/cadastro_uc/UCs%20consolidadas%20esfera%20de%20gestao%204.pdf)>. Acesso em: 19/08/2014.

PIMENTEL, D. S. **Os “parques de papel” e o papel social dos parques**. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Conservação dos Recursos Florestais. Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura “Luiz De Queiroz”. 254 p. 2008.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade**. Tese (Doutorado em

Desenvolvimentos Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 358 p. 2009.

SAVI, M. **Análise ecossistêmica da Serra do Mar Paranaense: Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Conservação da Natureza. Universidade Federal do Paraná. 88 p. 2008.

TAKAHASHI, L.Y. **Uso público em Unidades de conservação.** Cadernos de Conservação. v. 30. n. 4. p. 570 – 580, out/dez, 2004.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura). **Patrimônio Mundial no Brasil.** Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em: 21/05/2015.

VASCONCELLOS, J.M. Educação e interpretação ambiental em unidades de conservação. **Cadernos de conservação**, Curitiba, v. 3, n. 4, 86 p., dez, 2006.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos Socioambientais em Unidades de conservação. **Política & Sociedade.** n. 7. p. 139 – 162. 2005.

ZIMMERMANN, A. **Visitação nos parques nacionais brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 278p. 2006.

## ANEXO

### ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES DOS PARQUES ESTADUAIS DO PARANÁ

Parque Estadual: \_\_\_\_\_ Data da entrevista:     /     /

Nome do gestor da UC: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES INICIAIS SOBRE À VISITAÇÃO

1 - Desde quando a visitação é realizada no parque?

2 - Quais atividades recreativas são realizadas no parque atualmente?

Caminhadas (trekking)		Montanhismo	
Banho de rio		Escalada	
Ciclismo		Rapel	
Acampamento		Rafting	

Outras?

3 - Essas atividades estão previstas no plano de manejo do parque ou outro instrumento de gestão?

4 - Quais as atividades educativas são realizadas no parque? A qual público elas são destinadas?

5 - Quanto tempo os visitantes permanecem no parque? Há pesquisas sobre isso?

6 - Você considera que as atividades recreativas e as atividades educativas são:

- (    ) distintas – não têm relação umas com as outras  
 (    ) similares – têm total relação umas com as outras  
 (    ) complementares – toda atividade recreativa tem um potencial educativo  
 (    ) outro? \_\_\_\_\_

Por quê?

**INFRAESTRUTURA**

7 - Qual a infraestrutura para o uso público existente na UC?

- Centro de Visitantes
- Banheiros e vestiário
- Alojamento para pesquisadores
- Auditório
- Áreas para camping
- Áreas para piquenique
- Trilhas – quantidade \_\_\_\_\_
- Outros – quais? \_\_\_\_\_

8 - Existem estruturas adaptadas para pessoas com deficiências físicas? ( ) Sim ( ) Não  
Se sim, quais são elas?

### RECURSOS FINANCEIROS

9 - Existe alguma forma de cobrança de ingressos?

10 - Caso haja cobrança, a receita proveniente da visitação é utilizada integralmente pelo parque? Se não, como ocorre?

11 - Qual a origem dos recursos financeiros utilizados para a gestão do parque? Há projetos financiados por instituições nacionais? Quais?

### FUNCIONÁRIOS

12 - Qual o número de funcionários do parque? Há pessoas que trabalham especialmente com uso público?

13 - Existem voluntários que trabalhem regularmente no parque? Se sim, quantos?

14 - Os funcionários do parque já participaram de capacitações para manejo do uso público? ( ) Não ( ) Sim. Especificar:

### ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

15 - As atividades recreativas no parque podem ser realizadas de forma autônoma ou há monitores/condutores?

16 - Existem atividades realizadas apenas por agências de turismo ou concessionárias? ( ) Sim ( ) Não

Quais são elas?

---

17 - Quais as principais dificuldades enfrentadas para desenvolvimento da visitação no parque? Como essas dificuldades são superadas?

18 - Você considera que os visitantes são problemas ou oportunidades para a proteção do

meio ambiente?

19 - Existe limite máximo para o número de visitantes nos diferentes atrativos do parque?  
Em caso positivo, como foi definido?

20 - O parque adota estratégias para prevenção e resposta a acidentes?  
( ) Não ( ) Sim – quais são elas?

21 - Quais atividades recreativas geram mais impactos ambientais ao parque? Quais são os impactos?

22 - O parque realiza algum tipo de monitoramento dos impactos da visitaçãõ?  
( ) Não ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

23 - É utilizado algum método específico?  
( ) Não ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

24 - Qual a frequência de monitoramento? Quem realiza esse trabalho?

25 - O parque orienta o visitante quanto à segurança e ao mínimo impacto em ambientes naturais?

26 - Existem normas ou regulamentos estabelecidos para ordenar a visitaçãõ no parque?  
( ) Não. ( ) Sim. Quais são?

27 - Como são divulgadas as normas de visitaçãõ do parque?

Placas indicativas	Folderes	Palestras	Website
Vídeo	Outros Quais?		

28 - Qual tipo de informação passada aos visitantes quando chegam ao parque? Modos de informar o visitante:

Placas indicativas	Folderes	Palestras	Website
Painéis	Mapas	Centro de Visitantes	Trilhas interpretativas

29 - Quantas trilhas são sinalizadas? A sinalizaçãõ tem objetivo informativo?

30 - Você considera importante incentivar a visitação em parques estaduais? Por quê?

31 - Para este parque, qual a importância da visitação?

32 - O parque desenvolveu meios oficiais para incentivo à visitação da unidade? Quais são elas?

33 - O parque possui algum programa para visitação de pessoas da comunidade do entorno?

### **GESTÃO PARTICIPATIVA**

34 - As decisões para manejo da visitação no parque são tomadas totalmente pela administração do parque ou alguma forma de consulta e de participação de atores sociais? Como é feita e quais atores participam?

35 - Há parceria com alguma outra instituição para gestão do parque?

36 - Quais instituições estão envolvidas com o desenvolvimento do parque, seja para pesquisa científica, voluntariado, recreação, etc?

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

37 - Quais os principais problemas enfrentados para o manejo do parque?

38 - O parque já realizou pesquisas sobre o nível de satisfação de seus visitantes?

39 - Há Universidades ou outro centro de pesquisa realizando estudos no parque? Se sim, quais e quantos?

40 - Quantos visitantes o parque recebe anualmente? O número anual de visitantes nos últimos dez anos está disponível?

41 - Os gestores dos parques conhecem a demanda dos visitantes para a realização de atividades recreativas?

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Em parte

Como isso é sabido?

42 - Os gestores conhecem o perfil dos visitantes?

Sim     Não     Em parte

Como isso é sabido?

43 - O gestor do parque conhece a demanda dos visitantes para utilização da área? Se sim, quais os meios utilizados para isso? Qual é a demanda? Ela é atendida?

44 - Essas informações influenciam as decisões de manejo da visitação no parque?

45 - Na sua opinião, qual contribuição a realização de atividades recreativas e turísticas em parques traz à sociedade?

46 - Você considera que toda visita a um parque estadual contribui para que as pessoas tenham atitudes no sentido de proteger o meio ambiente?